

# Educação para o desenvolvimento

Edimar Pireneus

Tenho defendido, reiteradamente, na Câmara Legislativa, que é necessário alterar profundamente, e com urgência, o sistema educacional do Distrito Federal, adaptando-o às necessidades e à realidade da região. Acredito que essa adaptação é o primeiro trabalho que devemos desenvolver para consolidar as bases do processo de desenvolvimento econômico e social do DF.

Acredito, também, que transformar o ensino de 1º e 2º graus significa atacar pela raiz a grave ferida que está deixando marcas profundas e irreversíveis na universidade pública brasileira e, conseqüentemente, na qualificação da nossa mão-de-obra em todos os níveis e no próprio processo de desenvolvimento, que também encontram-se marcados, da mesma forma que o ensino básico, pela inadequação à realidade do País.

Devemos dar prioridade, portanto, às ações capazes de fazer com que o ensino se transforme em instrumento atuante e influente no processo de desenvolvimento social, em todos os níveis da atividade educacional, do básico ao universitário. Dentro desta linha de pensamento, apresentei em agosto projeto de lei que cria a Universidade Regional do Planalto (Uniplan), cujo principal objetivo será influir e participar do processo de desenvolvimento regional integrado do Planalto Central Brasileiro, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão nas cidades-satélites e de campi de extensão nos municípios que integram a região.

Por que uma universidade regional no DF? Para responder à pergunta, devemos remontar ao diagnóstico sócio-econômico da região, que comprova ser o Planalto Central, apesar de sediar a capital da República, uma das mais atrasadas regiões brasileiras. Com baixos índices de qualificação da



força de trabalho, que resultam em rendimentos inferiores tanto no mercado formal quanto no informal, a região registra, segundo os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, reduzido desempenho operacional no processo econômico. De acordo com indicadores sociais de 1988, em Goiás e Tocantins apenas 41,72 por cento da população possuíam algum tipo de ocupação, dos quais 73,75 por cento tinham renda mensal entre meio a três salários mínimos, o que os situa no limiar da pobreza absoluta.

O Distrito Federal não fica muito distante desse quadro, pois no mesmo ano apenas 43,93 por cento da população estavam integrados à força de trabalho, dos quais 54,26 por cento com renda mensal entre meio a três pisos salariais. Comparando-se tais dados com os índices de escolaridade do DF, que registra apenas 66,96 por cento de alunos no 1º grau, 13,44 por cento no 2º grau e 7,95 por cento no curso superior, vê-se que os baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional representam as principais limitações ao desenvolvimento social e econômico e aos níveis de renda da população.

Surge, em decorrência, outra grande questão: como superar o círculo vicioso do subdesenvolvimento regional, já que os baixos níveis de escola-

ridade e qualificação geram a ociosidade de grande parte da força de trabalho, o que, por sua vez, provoca a baixa dos salários, a retratar o subdesenvolvimento, e por aí vai. Partindo do pressuposto de que a base do desenvolvimento está na adequada qualificação profissional, temos outra pergunta: como alcançar uma adequada formação profissional sem a existência de um instrumental de ensino voltado para a realidade e as necessidades da região?

A resposta está na proposta de criação de uma universidade voltada para as vocações de crescimento da região, direcionada às demandas da comunidade e aos desafios do espaço histórico e social que a circunda. Comprometida com o processo de formação da cidadania, a Universidade do Planalto atuará numa área não suprida pela Universidade de Brasília, que, por ser uma universidade federal, está voltada para as questões de âmbito nacional. A Uniplan deverá, de acordo com a nossa proposta, criar modelos alternativos de desenvolvimento regional, mais adequados às necessidades locais. Será, portanto, o principal instrumento de transformação social que a população terá em mãos para concretizar os seus ideais de bem-estar.

■ Edimar Pireneus é deputado distrital pelo PDT